

## Dossiê

# Infâncias, diferenças e pandemia: a exacerbação das violências sobre a vida das crianças

Vanderlete Pereira da Silva

Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil.  
vanderletesilva@yahoo.com.br - <https://orcid.org/0000-0001-9353-3110>

Lucinete Gadelha da Costa

Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil.  
lucinetegadelha@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-2433-123X>

Célia Ratusniak

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil.  
celiaratusnia@ufpr.br - <https://orcid.org/0000-0002-0608-8838>

Clenio Perlin Berni

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
clenioberni@gmail.com

Sueli Salva

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
susalvaa@gmail.com

*Recebido em 30 de março de 2022*

*Aprovado em 30 de março de 2022*

*Publicado em 25 de abril de 2022*

## Apresentação

As crianças, no decurso da história da humanidade, sempre vivenciaram experiências de violências. O que propomos neste dossiê são discussões sobre essa questão e sua exacerbação na contemporaneidade, agravada e exposta pela pandemia da Covid-19. Objetivamos dar visibilidade às distintas e permanentes formas de violências que vitimam as crianças, não se restringindo aos países com abissais desigualdades sociais como o Brasil, mas que também estão presentes em países chamados de desenvolvidos. Essa condição as impede de vivenciarem suas infâncias plenamente.

Reunimos pesquisadoras e pesquisadores da Região Norte e Sul do Brasil, da França e Itália, buscando problematizar e explicitar como têm sido produzidas e

conduzidas políticas e ações de controle e gerenciamento da pandemia especificamente direcionadas às infâncias, e o quanto a pandemia tem evidenciado a vulnerabilidade das crianças diante do recrudescimento das violências contra as populações subalternizadas de diferentes povos, raça/etnia, gênero, classe social, religião, idade, território e nacionalidade onde estão “inclusas”.

Durante os sete meses em que este dossiê estava sendo construído, o cenário foi se modificando. Passamos pelos efeitos da variante Delta, período em que o Brasil teve mais de quatro mil mortes diárias. E, mesmo num contexto de negacionismo e de campanhas anti-vacina orquestradas pelo próprio governo federal, a vacinação avançou, diminuindo consideravelmente as mortes, firmando a imunização como estratégia eficaz no combate ao vírus. Ainda em 2021, a população adolescente foi incluída no Plano Nacional de Vacinação, e no início de 2022 foi a vez das crianças.

A inserção das crianças de 5 a 11 anos não se deu de forma consensual entre governo e instituições ligadas à saúde. A Associação Médica Brasileira, em 27 de dezembro de 2021, através de seu Comitê Extraordinário de Monitoramento da Covid-19, manifestou-se favorável à vacinação em crianças de 5 a 11 anos, alertando que essa faixa etária também pode desenvolver sequelas e Covid longa, produzindo um documento que foi assinado por 15 sociedades, associações e federações brasileiras ligadas à Medicina (MATOS, 2021).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovou a vacina da Pfizer para crianças de 5 a 11 anos em 16 de dezembro de 2021, com a consultoria e acompanhamento de especialistas da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, Sociedade Brasileira de Imunologia e Sociedade Brasileira de Pediatria (BRASIL, 2021a).

Mesmo com as entidades médicas e a Anvisa se posicionando favoravelmente à imunização das crianças, o Ministério da Saúde, através da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento da Covid-19, lançou uma consulta pública a respeito da vacinação no período de 23/12/2021 a 02/01/2022 (BRASIL, 2021b). O resultado foi publicado no Relatório Técnico Covid/MS nº1, disponível no site do Ministério da Saúde, relatando que 99.309 pessoas participaram da consulta

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644469777>

pública e responderam a cinco perguntas. Destas, destacamos uma sobre a concordância ou não com a vacinação de crianças de 5 a 11 anos. Cabe ressaltar que a redação da pergunta poderia induzir ao erro, pois ela indagava se a/o participante concorda com o posicionamento do MS pela não obrigatoriedade da vacina, como podemos perceber: Você concorda com a vacinação de crianças de 5 a 11 anos de forma não compulsória, conforme propõe o Ministério da Saúde? O resultado mostra que 53% responderam sim a essa questão e 47% não (BRASIL, 2022a).

No dia 4 de janeiro de 2022, o Ministério da Saúde promoveu uma audiência pública com especialistas na área para discutir a inserção de crianças de 5 a 11 anos no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, atrasando ainda mais o início da imunização dessa população. Foi somente no dia 15 de janeiro de 2022 que elas começaram a ser vacinadas. O resultado dessas manobras políticas é a pouca procura das famílias pela vacina.

A reportagem da CNN publicada em 04 de fevereiro de 2022 nos mostra que a campanha de imunização naquela data ainda não tinha atingido 50% da população almejada. Cabe ressaltar que apenas 12 cidades enviaram os dados. A matéria ainda explicava que a vacinação estava sendo feita de forma escalonada porque o Ministério da Saúde não disponibilizou doses suficientes para toda a população (RESENDE, 2022).

Trinta dias após a recomendação da ANVISA as crianças começaram a receber a vacina, em meio a uma enxurrada de *fake news* sobre seus efeitos nas crianças. A estratégia de escalonamento fez com que se perdesse a oportunidade de que retornassem às aulas totalmente imunizadas. O vacinômetro do Ministério da Saúde nos indica que no dia 23 de fevereiro de 2022, 5.230.303 doses de vacinas contra Covid 19 foram aplicadas em crianças de 5 a 11 anos. Para a população de 12 a 17 anos, temos 15.624.299 adolescentes com a 1ª dose e 10.159.110 com a segunda (BRASIL, 2022c). Ao confrontarmos o número de crianças e adolescentes disponibilizados pelo Observatório da Crianças e do Adolescente da Fundação Abrinq (ABRINQ, 2021) com o número de doses aplicadas nessa população, concluímos que apenas 47% foram vacinadas, isso sem considerar as crianças de 5

anos. Em Manaus, por exemplo, 30 dias após o início da vacinação, apenas 17% das crianças foram imunizadas (INFORME AMAZONAS, 2022).

Os artigos que compõem esse dossiê problematizam a travessia das crianças pela pandemia. São resultados de trabalhos de pesquisa realizados no Brasil, na França e na Itália, que nos permitem compreender os diferentes contextos de violências nos quais as crianças foram/são expostas no contexto pandêmico.

As professoras Célia Ratusniak e Vanderlete Pereira da Silva, no artigo “*Deus abençoe o nosso Brasil*” - *recomendações para o retorno às aulas presenciais das crianças: a travessia da biopolítica à necropolítica*, analisam o discurso do Ministro da Educação do Brasil, Milton Ribeiro, proferido no dia 20 de julho de 2021, conclamando o retorno às aulas presenciais. No pronunciamento, dados sobre a situação da pandemia são omitidos, distorcidos ou apresentados de maneira equivocada, construindo um contexto de pós-verdade. O texto problematiza esses dados, mapeando as táticas que borram a realidade e inventam um cenário com ações do Ministério da Educação que teriam garantido todas as condições para que o direito à Educação e as medidas de proteção sanitárias tivessem sido disponibilizadas pelo governo federal durante a pandemia. Também apontam as estratégias discursivas que acionam o poder pastoral (FOUCAULT, 2008), e que entrelaçadas ao biopoder (FOUCAULT, 1988) são usadas pelo ministro na condução das condutas, mostrando o caminho da salvação da Economia e do futuro das crianças e dos adolescentes, que passaria pelo retorno presencial a qualquer custo. Também mostra a insuficiência de financiamento para que as escolas pudessem adotar as medidas sanitárias necessárias para o retorno seguro às aulas. Assim, a travessia na pandemia expôs a morte e deixou morrer muitas pessoas para que o retorno presencial fosse imposto.

No artigo *Violência simbólica e práticas escolares: um estudo com crianças indígenas*, o professor Roberto Sanches Mubarac Sobrinho apresenta os resultados de uma pesquisa etnográfica realizada em uma comunidade indígena urbana, e em duas escolas públicas que atendem um grupo de 12 crianças da etnia Sateré-Mawé, residentes na cidade de Manaus/Amazonas/Brasil. Os leitores e as leitoras são convidados/as a dialogar com aporte teórico e metodológico oriundo dos estudos de

Pierre Bourdieu. Para tanto, é tomada como referência a relação entre as culturas escolares e a cultura do povo Sateré-Mawé. Na escuta das vozes das crianças Sateré-Mawé foram priorizados dois elementos: o ser criança e o brincar. O autor destaca que a concepção de infância para os Sateré-Mawé é delimitada pela existência de um ritual de transitoriedade, que demarca de forma muito evidente o mundo infantil e o mundo adulto. Por fim, são destacados os movimentos fronteiriços entre a cultura Sateré-Mawé e a violência simbólica ocorrida no espaço escolar. Onde as fronteiras se distanciam, são constatadas manifestações e processos de violência simbólica. Na interação com os dados apresentados podem ser observados o confronto do saber “legítimo” da escola sobre o saber da cultura Sateré-Mawé.

O artigo *O aumento da violência intrafamiliar na França durante a pandemia. Do que estamos falando?*, escrito pela professora e socióloga Vanessa Stettinger, questiona se a pandemia aumentou essa forma de violência ou se os serviços disponibilizados nesse período facilitaram e incentivaram as denúncias, resultado de ações e políticas anteriores à pandemia. A autora traz para o artigo dados de sua pesquisa etnográfica sobre a construção de vínculos familiares com famílias em situação de pobreza, realizada anteriormente à pandemia, e que retrata um interessante e intenso trabalho sobre a construção de vínculos intrafamiliares. Stettinger alerta para o risco da posição de subalternidade a que podem ser colocadas as famílias com o perfil daquelas que pesquisou, o que faz com que quase sempre sejam vistas na falta, nomeadas como pobres e como responsáveis pela sua condição, numa perspectiva individualizante. Por fim, conclui que estar em situação de pobreza deixou as famílias mais expostas e mais vulneráveis. A pandemia evidenciou situações de violência intrafamiliar que já existiam antes, ela não produziu violência entre pais/mães e filhos/filhas, mas, nas palavras da autora "testou vidas frágeis".

O artigo *Os efeitos da crise da Covid-19 e das medidas de confinamento sobre o bem-estar das crianças confiadas à proteção da infância*, escrito pela psicóloga e professora Emmanuelle Toussaint e pelo psiquiatra Daniel Rousseau, analisa os impactos favoráveis ou desfavoráveis no bem-estar e na qualidade de

vida das crianças de menos de cinco anos, protegidas em instituições de acolhimento na França e em pessoas adultas responsáveis pelo seu cuidado, durante a crise sanitária imposta pela pandemia de COVID-19. A pesquisa traz importantes contribuições para compreender os efeitos do confinamento nas crianças e as modificações das práticas nas instituições que as atendem. Os resultados permitem identificar fatores ou estratégias de intervenção favoráveis à saúde mental desse público, que possui necessidades específicas. Também produzem conhecimentos que podem fundamentar recomendações para melhor adequar as práticas profissionais na proteção da criança e reduzir as desigualdades em saúde.

A professora Clara Maria Silva, no artigo *Educação e cuidados das crianças no tempo do coronavírus. A resposta dos serviços educativos italianos*, aborda os impactos pedagógicos da situação de emergência em saúde pública de importância internacional (Pandemia de Covid-19). Para tanto, apresenta o marco político e regulatório nacional da Itália, com foco sobre a realidade da Toscana, região central do país. Os resultados apresentados demonstram como as restrições decorrentes da pandemia impactaram o cotidiano educacional no atendimento às crianças pequenas. Nesta leitura, somos convidadas/os a vislumbrar um cenário de esforço tanto da gestão das rotinas institucionais quanto dos desdobramentos das novas relações estabelecidas com as famílias das crianças. A autora apresenta os movimentos e algumas estratégias utilizadas pelos serviços educacionais para o estabelecimento da relação educacional à distância, durante o confinamento, e a dinâmica das atividades na retomada do ano letivo 2020-21. No panorama de dados discutidos no texto, destacam-se os desafios e as possibilidades criadas por educadoras/es no cenário inovador de aprendizagens. Por outro lado, debruçamos o olhar para dados do contexto familiar, para a posição peculiar em que os pais e mães passaram a interagir compartilhando mais diretamente a dinâmica entre os seus filhos, as suas filhas e educadoras/es.

O dossiê *Infâncias, diferenças e pandemia: a exacerbação das violências sobre a vida das crianças* traz questionamentos sobre a crescente precarização da vida, numa estratégia de denúncia e de reivindicação do direito à proteção das

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644469777>

crianças, com problematizações que permitem compreender as opressões potencializadas pela pandemia. Muitas questões e desafios são colocados para as instituições responsáveis pelo cuidado e pela proteção, o que faz com que as pesquisas tenham um papel fundamental na investigação sobre como esses serviços estão sendo ofertados e seus efeitos nas diversas infâncias. Os trabalhos apresentados aqui nos mostram que travessia da pandemia impôs às/aos profissionais que trabalham com crianças desafios que exigiram muita inventividade e comprometimento para a garantia de direitos, mas que esses precisam estar atrelados às políticas públicas efetivas e permanentes, num compromisso do Estado.

## Referências

ABRINQ. Observatório da Crianças e do Adolescente da Fundação Abrinq. População estimada pelo IBGE segundo faixas etárias. 2021. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/populacao/1048-populacao-estimada-pelo-ibge-segundo-faixas-etarias?filters=1,1626>. Acesso em 23 de fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Anvisa aprova vacina da Pfizer contra Covid para crianças de 5 a 11 anos. 16/12/2021. 2021a Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-aprova-vacina-da-pfizer-contra-covid-para-criancas-de-5-a-11-anos>. Acesso em: 09 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório Técnico. Consulta Pública SECOVID/MS n. 1. 2022a Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/secovid/Comunicados/2022/fevereiro/caderno-audiencia-publica-04-02-vsfinal.df/view>. Acesso em: 09 fev. 2022.

BRASIL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. CONSULTA PÚBLICA SECOVID/MS Nº 1, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021. 2021b Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/consulta-publica-secovid/ms-n-1-de-22-de-dezembro-de-2021-369263243/> Acesso em: 09 fev 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vacinômetro COVID-19. 23 fev. 2022. 2022c. Disponível em: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/DEMAS\\_C19\\_Vacina\\_v2/DEMAS\\_C19\\_Vacina\\_v2.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19_Vacina_v2/DEMAS_C19_Vacina_v2.html). Acesso em: 23 fev. 2022.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644469777>

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm\\_source=portal&utm\\_medium=popclock&utm\\_campaign=novo\\_popclock](https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock). Acesso em 07 fev. 2022.

INFORME AMAZONAS. Amazonas chega a mais de 100 mil crianças de 5 a 11 anos vacinadas contra Covid-19, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://informeamazonas.com.br/amazonas-chega-a-mais-de-100-mil-criancas-de-5-a-11-anos-vacinadas-contracovid-19/>. Acesso em: 23 fev. de 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1, 2018.

MATOS, Renato. Vacinas em crianças Posicionamento das sociedades médicas. 29/12/2021. Disponível em: <https://www.4oito.com.br/blog/renato-matos/post/vacinas-em-criancas-posicionamento-das-sociedades-medicas-9068>. Acesso em: 09 fev. 2022.

PORTAL DA TRANSFERÊNCIA. Especial Covid-19 uma ação dos cartórios civis do Brasil que atualizam permanentemente o número de óbitos. 23 de fev. 2023. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/especial-covid>. Acesso em: 23 de fev. 2022.

RESENDE. Isabelle. CNN Brasil. Menos de 50% do público infantil recebeu a primeira dose da vacina contra a Covid. 04/12/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/menos-de-50-do-publico-infantil-recebeu-a-primeira-dose-da-vacina-contracovid/>. Acesso em: 09 fev. 2022.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)